

COMENTÁRIOS DA PROVA TTE – RS / 2014 DIREITO ADMINISTRATIVO BANCA: FUNDATEC

QUESTÃO 17 – Considerando o cenário doutrinário do Direito Administrativo, analise as seguintes assertivas sobre a noção de Administração Pública.

I. No sentido objetivo, material ou funcional, a Administração Pública designa a natureza da atividade ou função desempenhada pelo Estado, com vistas à consecução dos objetivos constitucionais.

II. No sentido subjetivo, formal ou orgânico, a expressão Administração Pública significa o conjunto de entidades e de órgãos públicos integrantes de todo o aparato estatal.

III. Em seu sentido material, a Administração Pública manifesta-se com exclusividade no âmbito do Poder Executivo.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

GABARITO: LETRA D

COMENTÁRIO:

Administração Pública em seus sentidos objetivo e subjetivo correspondem aos itens I e II; o erro do item III é que a Administração Pública não se restringe ao Poder Executivo, mas abrange os Poderes Legislativo e Judiciário quando estiverem exercendo funções administrativas.

QUESTÃO 18 – No Direito Administrativo atual, os princípios exercem especial importância, atuando como instrumento de interpretação, integração e fundamento dos deveres jurídicos e limites da atuação estatal. Analise as seguintes assertivas referentes aos princípios do Direito Administrativo.

I. O princípio da legalidade proporciona a presunção *iure et iure* de validade dos atos administrativos.

II. O princípio da eficiência, embora não sendo previsto no ordenamento constitucional brasileiro, atua como requisito de eficácia dos atos administrativos.

III. O princípio da moralidade administrativa pode ser utilizado, dentre outros princípios do Direito Administrativo, como fundamentação para a vedação de nomeação de pessoas com determinado grau de parentesco próximo, para o exercício de cargos em comissão e funções de confiança na esfera administrativa.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

GABARITO: LETRA C

COMENTÁRIO:

O item I está errado pois a presunção de legalidade e legitimidade é relativa (juris tantum) e não absoluta (juris et de jure);

O item II está errado pois o princípio da eficiência é constitucional expreso (LIMPE);

O item III está correto. O nepotismo fere os princípios da impessoalidade e moralidade.

QUESTÃO 19 – A Administração Pública é organizada por meio de uma complexa estrutura, que segue o modelo hierárquico. Nesse sentido, analise as seguintes assertivas:

I. O poder hierárquico autoriza os superiores a reverem as condutas administrativas realizadas pelos seus subordinados.

II. O poder hierárquico não permite que os superiores realizem a atividade de fiscalização sobre a conduta de seus subordinados.

III. Considerando as peculiaridades do poder hierárquico, o subordinado deverá atender às ordens de seu superior, mesmo quando apresentarem ilegalidade manifesta.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

GABARITO: LETRA A

COMENTÁRIO:

O item I é o único correto;

O item II afirma o contrário do item I;

O item III está errado quanto às ordens manifestamente ilegais, que não devem ser cumpridas.

QUESTÃO 20 – Analise as seguintes assertivas sobre o poder de polícia da Administração Pública:

I. As atividades normativas e sancionadoras no exercício do poder de polícia poderão ser delegadas, mediante autorização legislativa

específica, a particulares estranhos a estrutura administrativa, os quais deverão exercê-lo de acordo com a observância das normas do Direito Administrativo.

II. A concessão de licença e de autorização são exemplos de exercício do poder de polícia exercido pela Administração Pública.

III. O exercício do poder de polícia pela Administração Pública, por representar forma de atuação vinculada, está sujeito ao controle judicial quando representar caso de atuação preventiva da Administração Pública. Nos casos de atuação repressiva do Estado, no exercício do poder de polícia, o controle judicial somente poderá ser realizado após o esgotamento da via administrativa.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

GABARITO: LETRA B

COMENTÁRIO:

O item I está errado uma vez que o poder de polícia é manifestação de direito público, não podendo ser exercido por pessoas jurídicas de direito privado.

O item II está certo. Licença e autorização são atos derivados do poder de polícia.

O item III está errado duas vezes. Primeiro porque o poder de polícia é em regra discricionário, e não vinculado. Independentemente de ser vinculado ou discricionário, e ser exercido de forma preventiva ou repressiva, estará sempre sujeito ao controle judicial, não se exigindo que o particular esgote a via administrativa como condição para ingresso com ação judicial (princípio da inafastabilidade do controle judicial).

QUESTÃO 21 – Analise as seguintes assertivas sobre a Administração Pública Direta:

I. A Secretaria Estadual da Fazenda integra a Administração Direta do Estado do Rio Grande do Sul.

II. As autarquias, por serem pessoas jurídicas de direito público, integram a Administração Pública Direta.

III. A Administração Pública Direta consiste em um conjunto, que existe em cada ente federado, de pessoas jurídicas gerencial e administrativamente autônomas, porém controladas pela Administração.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

GABARITO: LETRA A

COMENTÁRIO:

O item I está correto.

O item II está errado pois autarquia é entidade da Adm. Indireta.

O item III está errado pois o “conjunto, que existe em cada ente federado, de pessoas jurídicas gerencial e administrativamente autônomas, porém controladas pela Administração” é a Administração Indireta.

QUESTÃO 22 – A Administração Pública, no exercício de suas funções, desempenha uma série de atos administrativos. Sobre esse tema, analise as seguintes assertivas:

I. Todo ato administrativo, salvo previsão legal em contrário, possui, dentre os seus atributos, a presunção absoluta de legitimidade.

II. A ‘fé pública’ dos atos administrativos está correlacionada ao atributo da presunção de validade dos atos administrativos.

III. A presunção de validade dos atos administrativos proporciona a regra geral de ausência de efeito suspensivo aos recursos interpostos em relação às decisões administrativas, embora possa o sistema normativo atribuir efeito suspensivo a certos recursos administrativos.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

GABARITO: LETRA E

COMENTÁRIO:

O item I está errado pois a presunção de legitimidade dos atos administrativos é relativa e não absoluta.

O item II está certo, demonstrando a presunção de validade dos atos.

O item III está certo. Os recursos administrativos têm em regra efeito apenas devolutivo, não suspendendo imediatamente a validade do ato contestado, salvo em determinadas hipóteses expressamente previstas em lei, nas quais os recursos terão efeito suspensivo.

QUESTÃO 23 – Considerando a doutrina referente aos elementos dos atos administrativos, analise as seguintes assertivas:

I. A finalidade é o resultado que a Administração Pública quer alcançar com o ato.

II. Tanto o motivo quanto a finalidade contribuem para a formação da vontade da Administração Pública, pois diante de certa situação de fato ou de direito (motivo) a autoridade pratica certo ato para alcançar determinado resultado (finalidade).

III. O Direito Administrativo brasileiro adota a teoria

dos motivos determinantes como elemento de existência do ato administrativo.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

GABARITO: LETRA D

COMENTÁRIO:

Os itens I e II estão certos. O motivo é a razão de fato e de direito para a edição do ato, enquanto que a finalidade é o resultado que a Administração quer alcançar em decorrência do ato.

O item III está errado. Os elementos ou requisitos de validade dos atos administrativos são a Competência, Finalidade, Forma, Motivo e Objeto. O MOTIVO é elemento do ato, mas não a TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES.

Essa teoria demonstra que, quando o motivo apresentado for falso, o ato deve ser anulado, mas, ainda assim, a teoria não é “elemento” do ato.

QUESTÃO 24 – Analise as seguintes assertivas sobre a extinção dos atos administrativos:

I. A revogação do ato administrativo ocorre por razões de oportunidade e conveniência, quando esse apresentar algum defeito de validade ou de eficácia, respeitando-se os efeitos já produzidos pelo ato administrativo em questão.

II. A anulação ou invalidade dos atos administrativos representa o seu desfazimento por razões de ilegalidade, produzindo efeitos retroativos a data de emissão do ato administrativo. A anulação poderá ser realizada pelo Poder Judiciário ou pela própria Administração Pública.

III. Os atos administrativos não estão sujeitos à caducidade ou a convalidação, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

GABARITO: LETRA B

COMENTÁRIO:

O item I está errado apenas quanto a “defeito de validade ou de eficácia”, uma vez que se o ato tem algum vício, ou defeito, ele é ilegal, e portanto deve ser anulado (e não revogado). A revogação deve sim respeitar os efeitos produzidos.

O item II está certo.

O item III está errado. Os atos estão sujeitos à caducidade (extinção do ato em decorrência de lei posterior) e à convalidação (manutenção do ato viciado quando o vício é sanável e a Adm.

entende que a anulação do mesmo traria mais prejuízos ao interesse público do que sua convalidação).

QUESTÃO 25 – Analise as seguintes assertivas sobre a concessão dos serviços públicos:

- I. A concessão representa forma de prestação indireta de serviços públicos.
- II. A concessão de serviços públicos representa ato de oportunidade e conveniência, dispensando, portanto, a necessidade de prévia licitação.
- III. A concessão administrativa não necessita de contrato administrativo para a sua formalização.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

GABARITO: LETRA A

COMENTÁRIO:

O item I está certo. Concessão, permissão e autorização são espécies de delegação de serviços públicos, prestação indireta.

Os itens II e III estão errados. A concessão não é ATO, mas sim CONTRATO ADMINISTRATIVO, e exige prévia licitação na modalidade de concorrência.

QUESTÃO 26 – Analise as seguintes assertivas sobre os bens públicos:

- I. O prédio sede da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com a classificação dos bens públicos prevista no Código Civil, pode ser classificado como espécie de bem de uso comum do povo.
- II. Os bens públicos, independentemente de sua espécie (de uso comum do povo, de uso especial e dominicais) são, como regra geral, inalienáveis, pois estão fora do comércio.
- III. Os bens públicos imóveis não estão sujeitos à prescrição aquisitiva em favor de particulares.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

GABARITO: LETRA E

COMENTÁRIO:

O item I está errado. O imóvel usado pela Administração não é bem de uso comum do povo, mas sim bem de uso especial.

O item II está **parcialmente** certo. Entendo que essa afirmativa deveria ter sido anulada pois foi muito dúbia. Os bens públicos são, em regra, inalienáveis, uma vez que a inalienabilidade (impossibilidade de serem alienados) é característica da maioria dos bens públicos (dos bens de uso comum do povo e dos bens de uso especial) mas não de todos eles, uma vez que os bens dominicais podem sim ser alienados.

O item III está certo. Os bens públicos são imprescritíveis, ou seja, não podem ser adquiridos por usucapião (prescrição aquisitiva).

QUESTÃO 27 – Analise as seguintes assertivas sobre cargo, emprego e função públicos:

I. Provimento é o ato pelo qual o servidor público é investido no exercício de cargo, emprego ou função.

II. O provimento em comissão é o que se faz mediante nomeação para cargo público, independentemente de concurso e de caráter transitório.

III. A exoneração é forma de penalidade imposta ao servidor público, tendo como consequência o seu desligamento dos quadros do funcionalismo público.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

GABARITO: LETRA D

COMENTÁRIO:

O gabarito deu o item I como certo, mas acho que está errado. O provimento do cargo é a ocupação do cargo, e ocorre com a nomeação; a investidura do servidor no cargo ocorre com a posse, portanto, provimento e investidura são institutos diferentes.

O item II está certo.

O item III está errado. A exoneração não tem caráter punitivo (ao contrário da demissão).

QUESTÃO 28 – Considerando o regramento previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul, analise as seguintes assertivas:

I. Salvo imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento, porém mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiro, a critério da Administração e com reposição de custos.

II. As parcelas e indenizações de servidor público ao erário serão descontadas em parcelas mensais não excedentes à quinta parte da remuneração ou provento.

III. O servidor que for demitido deverá quitar de imediato eventuais débitos com o erário.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

GABARITO: LETRA D

COMENTÁRIO:

O item I está certo. Artigo 81 do estatuto.

O item II está certo. Artigo 82 do estatuto.

O item III está errado, pois o prazo é de 60 dias. Artigo 83 do estatuto.

QUESTÃO 29 – Considerando o regramento previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Rio Grande do Sul, analise as seguintes assertivas sobre o sistema de responsabilidade dos referidos servidores:

I. Pelo exercício irregular de suas atribuições, o servidor responde civil, penal e administrativamente.

II. A responsabilidade penal absorve a administrativa, mas não a responsabilidade civil do servidor.

III. Nos casos em que a Fazenda Estadual tiver que indenizar danos causados pelo servidor no exercício de suas funções, o direito de regresso em relação ao servidor ficará condicionado a este ter praticado ato comissivo doloso.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

GABARITO: LETRA A

COMENTÁRIO:

O item I está certo. Artigo 183 do estatuto.

O item II está errado, pois as ações são independentes entre si e acumuláveis. Artigo 186 do estatuto.

O item III está errado, pois o direito de regresso depende de dolo ou culpa do agente, nos atos omissivos ou comissivos. Artigo 184 do estatuto.